

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

PREÂMBULO

1. DO OBJETO
2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO
4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS
5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS
6. DA SESSÃO PÚBLICA
7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
9. DOS ITENS EXCLUSIVOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14. DA HABILITAÇÃO
15. DOS RECURSOS
16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
17. DO PAGAMENTO
18. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO
19. DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22. DO FORO

DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL:

ANEXOS

ANEXO I – Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Serviços

ANEXO II – Termo de Referência

ANEXO III – Minuta de Contrato

MODELOS

MODELO 1 – Carta de Correção de Proposta de Preços

MODELO 2 – Termo de Compromisso



Edital do Pregão Eletrônico nº 144/2016 - Processo: 2016/30550/005913

PREÂMBULO	
A SUPERINTENDÊNCIA DA CENTRAL DE LICITAÇÃO da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação em tela na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos deste Edital e seus anexos. Este pregão será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio designados pela Portaria/SESAU nº 1.038 de 25/07/2016, expedida pelo Secretário de Estado da Saúde.	
Processo: 2016/30550/005913	Tipo de licitação: Menor Preço
Data da abertura: 31 de maio de 2017	Hora da abertura: 14:00 horas (horário de Brasília)
Retirada do Edital (portal/SISTEMA): www.saude.to.gov.br / www.comprasnet.gov.br	
Local da sessão: www.comprasnet.gov.br	
Registro de Preços:	() SIM (X) NÃO
SETORES RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO	
Superintendência: Superintendência de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde	
Diretoria: Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Fonte de Recursos: 0102/251	
Ação do PPA / Orçamento: 4125	
Natureza da Despesa: 33.90.30 / 33.90.39	
Valor Total Estimado: Em conformidade com o disposto nos Acórdãos nº 1888/2010 e 2080/2012 do TCU – Plenário, não será divulgado o valor unitário de referência para contratação, disponibilizando quando solicitado pelas Licitantes somente após a fase de lances.	
LEGISLAÇÃO APLICADA	
<p>Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública;</p> <p>Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, sendo aplicadas ainda todas as suas alterações;</p> <p>Lei Federal nº 12.846, de 17/07/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;</p> <p>Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014;</p> <p>Lei Federal nº 10.520, de 01/08/2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;</p> <p>Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;</p> <p>Decreto Federal nº 5.504, de 05/08/2005: Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos;</p> <p>Decreto Federal nº 6.204, de 05/11/2007: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal;</p> <p>Decreto Estadual nº 2.434, de 06/06/2005: Dispõe sobre o regulamento da modalidade de licitação denominada Pregão, e adota outras providências;</p> <p>Decreto Estadual nº 4.769, de 02/04/2013: Regulamenta o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual, e adota outras providências;</p> <p>Decreto Estadual nº. 4.954, de 13/12/2013: Define regras específicas para os órgãos e entidades do Poder Executivo, quanto à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a administração pública, e adota outras providências;</p> <p>Portaria/SESAU nº 11, de 16/01/2015 (DOE nº 4.300, de 20/01/2015): Estabelece parâmetros, responsabilidades e rotinas sobre os Termos de Referência elaborados pelas áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências;</p> <p>Portaria/SESAU Nº. 108, de 05 /03/2015, (DOE nº. 4.331, de 06/03/2015): Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins, regras específicas para apuração de eventuais descumprimentos de regras editalícias dos certames promovidos pela Superintendência de Compras e Central de Licitação, e adota outras providências.</p>	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS	
UASG: 925958	Pregoeiro(a): Thiago Borges
Telefone: (063) 3218-1722/1715	E-mail: superintendencia.licitacao@saude.to.gov.br
Endereço: Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007	
Horário de Atendimento: Das 12h30min às 18h30min.	



1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto selecionar para contratação empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, treinamento operacional, calibrações e validações térmicas do parque tecnológico instalados nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública em Palmas e Araguaína, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo II.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no SISTEMA e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3. Para fins deste Edital, **serviço(s)**, leia-se: **manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, treinamento operacional, calibrações e validações térmicas do parque tecnológico.**

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o Sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI, por meio do sítio **www.comprasnet.gov.br**, onde para ter acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI.

2.2. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do SISTEMA ou a SESAU/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. Não poderão participar deste Pregão:

2.3.1. Empresa **suspensa** de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.2. Empresa **impedida** de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.3. Empresa **declarada** inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.3.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.3.5. Empresa que seu ato de constituição e as respectivas alterações (estatuto, contrato social ou outro) não incluam o objeto deste Pregão;

2.3.6. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

2.3.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.8. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.9. Ainda não poderão participar do Pregão, aqueles de que trata o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993, ou que seu ramo de atividade (código e descrição da atividade econômica principal e/ou código e descrição das atividades econômicas secundárias) não contemple o objeto deste Pregão.

3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública, via internet.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao SISTEMA Eletrônico, no portal eletrônico **www.comprasnet.gov.br**.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do SISTEMA implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do SISTEMA para



imediate bloqueio de acesso.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

4.1. Da impugnação:

4.1.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição, que deverá ser protocolada no Protocolo Geral desta Secretaria, ou enviada para o e-mail: **superintendencia.licitacao@saude.to.gov.br**.

4.1.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Caso contrário, poderá abrir ou suspender a sessão, na forma da lei, antes do julgamento do mérito, se for o caso.

4.1.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.2. Do pedido de esclarecimentos:

4.2.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá pedir esclarecimento quanto ao ato convocatório deste Pregão mediante petição, que deverá ser protocolada no Protocolo Geral desta Secretaria, ou enviada para o e-mail: **superintendencia.licitacao@saude.to.gov.br**.

4.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no e-mail indicado pela Licitante, podendo ainda, ser disponibilizado no portal eletrônico **www.comprasnet.gov.br** ficando acessível a todas as demais Licitantes para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1. A Licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do SISTEMA eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.2. A Licitante deverá consignar, na forma expressa no SISTEMA eletrônico, o valor unitário para cada item da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a Licitante às sanções previstas neste Edital.

5.4. As propostas ficarão disponíveis no SISTEMA eletrônico, entretanto, até a abertura da sessão, a Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.5. A Licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.6. A Licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.7. A Licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no portal eletrônico **www.comprasnet.gov.br**.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do SISTEMA eletrônico.

6.3. Cabe a Licitante acompanhar as operações no SISTEMA eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo SISTEMA, pelo(a) Pregoeiro(a) ou de sua desconexão.



6.4. A sessão poderá ser reagendada a critério do(a) Pregoeiro(a) sempre que se fizer necessário, devendo a Licitante fazer os acompanhamentos devidos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, sendo que somente as consideradas classificadas participarão da fase de lances.

7.2. Serão desclassificadas pelo(a) Pregoeiro(a), motivadamente, as propostas:

a) Que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

b) Que não contenham a descrição do serviço ofertado;

c) Que se identificar no SISTEMA, sendo que somente será considerada como identificação, a descrição do CNPJ ou da Razão Social completa da Licitante.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as Licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do SISTEMA eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no SISTEMA.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7. Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances e o SISTEMA eletrônico permanecer acessível as Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa as participantes no portal eletrônico www.comprasnet.gov.br.

8.9. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo(a) Pregoeiro(a), que informará, com antecedência de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do **tempo de iminência**.

8.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente de lances, a critério do(a) Pregoeiro(a), emitido pelo SISTEMA eletrônico às Licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo SISTEMA eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9. DOS ITENS EXCLUSIVOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Será observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente os seus arts 42 a 49.

9.2. Para cumprimento ao que dispõe o artigo 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Licitações cujo os itens sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinadas exclusivamente as microempresas ou empresas de pequeno porte.

9.2.1 O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo.

9.2.2. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:



a) No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

b) No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

9.2.3. A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/2007 e do art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/2006, receberá o mesmo tratamento concedido por esta Lei, às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9.2.4. A pessoa física ou o empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 receberá o mesmo tratamento concedido por esta Lei, às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9.3. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 independe da habilitação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

9.4. As Licitantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparado, e que não possuem quaisquer dos impedimentos do §4º do art. 3º da Lei nº 123/2006, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007).

9.5. A declaração acima exigida deverá ser manifestada em campo próprio do sistema como condição de participação no pregão. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro juntamente com a documentação constante do item 14.3.

10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

10.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo SISTEMA, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

10.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o SISTEMA, de forma automática, convocará os Licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o SISTEMA fará sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

10.1.4. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo SISTEMA, decairá do direito previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta condição, o procedimento licitatório prossegue com os demais Licitantes.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente a Licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação constante dos autos.

11.2. A negociação será realizada por meio do SISTEMA, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.

11.3. Será vencedora a empresa que atender ao Edital e ofertar o **menor preço**.



12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. Conforme faculta o art. 3º da Lei 10.520/02, não será anexado a este Edital o orçamento de referência estimado para contratação.

12.2. O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances.

12.3. O(a) Pregoeiro(a) anunciará a Licitante vencedora, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão da mesma, acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.4. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

12.5. O item cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação, constante no Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Serviços no Anexo I, não será(ão) aceito(s), e portanto, não será(ão) adjudicado(s).

12.6. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observado o **PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA**, obtidos por meio de pesquisa de mercado.

12.7. Os **PREÇOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA** serão utilizados na análise dos valores ofertados pela Licitante, para fins de aceitação ou não da proposta comercial.

12.8. Confirmada a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) divulgará o resultado do julgamento do preço, procedendo à verificação da habilitação da Licitante, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.

12.9. Se a proposta de preços não for classificada ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

12.10. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o(a) Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) item(ns).

12.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no SISTEMA Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. A Licitante vencedora deverá adequar sua proposta de preço ao último lance, CONTENDO APENAS DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA, conforme regras matemáticas, e conter ainda:

a) As quantidades; discriminação dos produtos; **espécie/tipo e procedência (se for o caso); marca; valor unitário e total da proposta;**

b) A indicação e descrição detalhada das características técnicas do(s) serviço(s) proposto(s) para o(s) respectivo(s) item(s) que compõe(m) o objeto desta licitação, em conformidade com os requisitos, especificações e condições estipuladas neste Edital, inclusive prazo de início de execução dos serviços, prazo de execução dos serviços e demais especificações que permitam aferir com precisão ao solicitado no Edital;

c) A razão social da proponente; endereço completo; telefone; fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando opcionalmente o banco, número da conta corrente e da agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame;

d) prazo de início de execução dos serviços, prazo de execução dos serviços; prazo de validade da proposta, e prazo de pagamento, na forma descrita no item 13.12, donde caso a proposta não conste estas informações, serão considerados os prazos do Edital;

e) **Caso a Licitante envie a sua proposta de preços, contendo mais de duas casas depois da vírgula, a Comissão Permanente de Licitação fará o arredondamento “para menos” (ex: R\$ 12,578; será arredondado para R\$ 12,57).**

13.1.1. As propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos, caso existam erros, serão corrigidos pelo(a) Pregoeiro(a) na forma seguinte:

a) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;



- b) Erro de transcrição das quantidades previstas no Edital: será mantido o preço unitário e corrigida a quantidade e o preço total;
- c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o preço total;
- d) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;
- e) Item que não constar da proposta enviada quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a): será incluído o item, preservando as informações da proposta digital da empresa cadastrada no SISTEMA, adequando ao último lance ofertado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

13.2. O valor total da proposta será ajustado pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com os procedimentos acima;

13.3. A correção poderá ser realizada pelo Pregoeiro(a) por meio de carta de correção - Modelo 1, obedecendo aos critérios acima citados, a qual será encaminhada para a Licitante, que poderá contestar no prazo de até vinte e quatro horas contadas do respectivo envio, donde, caso não o faça, considerar-se-á aceita a correção realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

13.4. A Licitante que abandonar o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas em Lei, bem como neste Edital.

13.5. O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.6. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da SESAU/TO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

13.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da Licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.9. Para o ICMS relativo ao produto cotado, deverá ser utilizada alíquota interna de origem (art. 155, parágrafo 2º, inciso VII, alínea "b", da Constituição Federal), bem como, para emissão das respectivas Notas Fiscais;

13.10. Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão da Administração Pública Estadual, suas Autarquias e Fundações, a Licitante deverá apresentar sua proposta deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Art. 2º, Inciso LXXX do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006, publicado no D.O.E. nº 2.318, de 02 de janeiro de 2007;

13.11. No(s) preço(s) proposto(s) já deverá(ão) estar inclusas todas as despesas e tributos.

13.12. Independente de transcrição por parte da Licitante, obrigatoriamente as propostas terão:

a) O prazo de **validade da proposta**: no mínimo 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da abertura da sessão inaugural;

b) O prazo de **início de execução dos serviços**: os serviços deverão ser iniciados imediatamente, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho;

c) O prazo de **execução dos serviços**: conforme Termo de Referência;

d) O prazo de **pagamento**: até **30 (trinta) dias corridos**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação parcial das Licitantes será verificada por meio do SICAF e da **documentação complementar** exigida no **item 14.3**.

14.2. As **Licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, **constantes dos artigos 28 a 31 da Lei Federal nº 8.666/1993**, no que couber.

14.3. Após solicitação do(a) Pregoeiro(a), as Licitantes que tiverem seus preços aceitos **deverão apresentar a seguinte documentação complementar**:



- a) Atestado de capacidade técnica expedido por órgão da Administração Pública ou por pessoa jurídica de direito privado que comprove a execução de serviços de manutenção corretiva, preventiva, certificação, calibração, metrologia e qualificação térmica de equipamentos laboratoriais.
- b) Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestações dos serviços;
- c) Certidão de Acervo Técnico (CAT);
- d) Registro no CREA da Licitante e do Responsável Técnico;
- e) Certificado de que a licitante está regularmente cadastrada e regularizada no Instituto de Pesos e Medidas – IPEM da sede da licitante na área de massa, até a data da abertura do edital, já possuindo documento de autorização definitivo para conserto e manutenção de balanças;
- f) Funcionário portador de carteira de permissionário emitido pelo IPEM da sede do Licitante;
- g) Certificados de rastreabilidade à RBC para os padrões utilizados nas áreas em que a calibração e/ou aferição está sendo pretendida;
- h) A calibração de todos os padrões e instrumentos que a Licitante deve possuir para realizar o serviço de calibração para o LACEN-TO, deve ter sido realizada por membros da RBC.
- i) Os certificados de calibração destes padrões e instrumentos devem conter o selo de acreditação no INMETRO ou em outro instituto internacional, membro do BIPM;
- j) Comprovação de que o técnico responsável designado pela Licitante integra o seu quadro permanente por meio de apresentação de outros documentos (carteira de trabalho, ato constitutivo da pessoa jurídica, contrato de prestação de serviços, conforme o caso);
- k) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto da licitação;
- l) Certificado de conclusão de curso em norma NBR ISO/IEC 17025 na versão mais atualizada;
- m) Apresentar acreditação/certificação, pelo INMETRO, segundo os requisitos estabelecidos na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 e/ou NBR/NM ISO 15189, devendo apresentar o escopo de acreditação com a proposta;
- n) As empresas licitantes deverão ser acreditadas/certificadas pela Rede Brasileira de Calibração – RBC/INMETRO/IPEM para as grandezas: **Massa e Temperatura** (contemplando câmaras térmicas, climáticas e banhos) e **Ensaio Térmico para Autoclaves**, devendo comprovar tal condição quando da apresentação da proposta;
- o) Termo de Compromisso, conforme Modelo 2;
- p) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- q) Apresentar comprovação da boa situação financeira da Licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) E Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um), automaticamente pelo SICAF;
- r) As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 5% do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços, na forma da lei, de acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei nº. 8.666/93.

14.4 Do envio dos documentos de habilitação e proposta atualizada com o último lance:

14.4.1. As empresas vencedoras serão convocadas para enviar a proposta atualizada com o último lance, **no prazo de 02 (duas) horas, em arquivo único** via sistema que deverá conter: razão social; número do CNPJ; endereço completo; telefone; fax; e-mail; banco; agência; conta-corrente, descrição detalhada do produto; marca; fabricante; procedência; espécie, se for o caso; tipo/modelo, se for o caso; unidade; quantidade; valor unitário; valor total; valor global da proposta; prazo de início de execução dos serviços; prazo de execução dos serviços; prazo de validade da proposta; prazo de pagamento, além da documentação constante do **item 14**;

14.4.2 Excepcionalmente, com prévia autorização do Pregoeiro(a), a Licitante poderá encaminhar a proposta e os documentos de habilitação, ambos assinados e digitalizados, para o e-mail **superintendencia.licitacao@saude.to.gov.br**, quando comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que neste caso em momento posterior será providenciado o



uso da funcionalidade “Convocar Anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema, e assim fique à disposição das demais Licitantes;

14.4.3. Os documentos remetidos nas formas dos subitens acima descritos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a);

14.4.4. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao **protocolo geral** da Secretaria de Estado da Saúde, aos cuidados da Superintendência de Compra e Central de Licitação, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital;

14.4.5. As empresas que desejarem poderão protocolar diretamente os seus documentos de habilitação e proposta atualizada com o último lance, em original, no **protocolo geral** da Secretaria de Saúde, desde que sejam no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, contada da notificação do(a) Pregoeiro(a), ficando neste caso, dispensada a apresentação destes, na forma prevista no item **14.4.1.**

14.5. Será aberto processo administrativo para os fins de aplicação de sanção a empresa que não enviar a documentação exigida no Edital, ou que ficar inabilitada por não cumprir com os termos do Edital, bem como por prestar declaração falsa, já que quando do cadastramento da proposta, DECLARA que cumpre com os requisitos de habilitação do Edital.

14.6. O(a) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por documentos extraviados, nem os que chegarem fora do prazo estabelecido, ocasião em que a Licitante será inabilitada, sendo convocadas as Licitantes subsequentes em ordem de classificação, se for o caso.

14.7. Disposições gerais acerca dos documentos de habilitação

a) O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar portais eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação das Licitantes.

b) Caso a data de validade de alguma certidão constante do SICAF esteja vencida, a Licitante deverá apresentar a certidão regularizada juntamente com o SICAF.

c) Caso algum dos documentos de habilitação venha a perder a validade no curso da licitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, conforme lhe faculto o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

d) Ainda que apresente o SICAF, a Licitante deverá apresentar os demais documentos relacionados no item **13.3** deste Edital.

e) Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa oficial.

f) Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, caso a Comissão de Licitação julgue conveniente.

g) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a Licitante será inabilitada.

h) O não atendimento a qualquer das condições previstas no item 14 e seus subitens provocará a inabilitação da Licitante vencedora.

i) Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da Licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

j) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

k) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

l) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal, donde havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de

SCL/DL



eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

m) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao(a) Pregoeiro(a) convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

n) A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativa de débito, ou positiva com efeito de negativa, vigentes.

o) A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao(a) Pregoeiro(a) convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

p) Se a Licitante não atender as exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará as documentações subsequentes, na ordem classificatória, que atenda tais exigências.

q) Não serão aceitos documentos com a vigência vencida, ou qualquer tipo de protocolo, exceto se o Edital permitir.

r) Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a Licitante será declarada vencedora.

s) O atestado de capacidade técnica deverá estar emitido em nome e com CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(is) da Licitante.

t) Na fase de habilitação haverá consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Condenadas por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA).

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarada a vencedora, o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do SISTEMA, manifestar sua intenção de recurso.

15.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o(a) Pregoeiro(a) a adjudicar o objeto a Licitante vencedora.

15.3. O(a) Pregoeiro(a) examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do SISTEMA.

15.4. A Licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do SISTEMA, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via SISTEMA, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

15.5. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, a Licitante interessada poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

15.6. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo(a) Pregoeiro(a) serão apreciados pela autoridade competente.

15.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo(a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

16.2. O objeto deste Pregão será adjudicado a Licitante vencedora.

16.3. A homologação deste Pregão compete ao Secretário de Estado da Saúde/TO.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O prazo previsto para pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada.

17.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

17.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo o contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

17.4. Os preços são fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas



das situações previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

17.7. Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

18. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

18.1. O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a interesse da Administração, conforme prevê o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

18.2. Homologado o Pregão, a Licitante será convocada de acordo com a necessidade da Administração para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a(s) Nota(s) de Empenho(s) ou assinar o contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

18.3. Quando a empresa adjudicatária, após convocada, recusar-se a retirar a “Nota de Empenho”, não apresentar situação fiscal regular, não assinar o contrato, negar ou retardar a entrega do(s) produto(s) objeto deste Pregão, a SESAU/TO convocará formalmente as Licitantes remanescentes na ordem de classificação do certame para contratar com a Administração.

18.4. Cometendo a adjudicatária uma das situações previstas acima, sem motivo justo e não acatado pela SESAU/TO, ficará caracterizado descumprimento total da obrigação assumida, estando à empresa sujeita às penalidades previstas em Lei.

18.5. A sujeição à penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às Licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação nos mesmos termos propostos a primeira adjudicatária.

19. DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO

19.1. O índice de reajuste que deverá ser utilizado quando da futura e eventual prorrogação contratual é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A Licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- f) não manter a proposta;
- g) fraudar ou retardar de qualquer forma a execução do contrato;
- g) não cumprir com a execução do contrato;
- i) descumprir as demais exigências deste Edital e seus Anexos.

20.2. Para os fins deste item, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93;

20.3. Para os fins do item 18.2, a cada dia de atraso será cobrado 1% (um por cento) de multa até o limite de 30% (trinta por cento), ocasião em que será rescindido unilateralmente o contrato, sendo convocadas as Licitantes remanescentes obedecendo à ordem de classificação, para contratar com a Administração, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos de 81 a 88 da Lei 8666/93;



20.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

20.5. A multa será aplicada, após o julgamento da defesa apresentada pela Contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua notificação. Decaído este prazo, sem manifestação da Contratada, a Contratante aplicará e executará automaticamente a multa;

20.6. Para julgamento da defesa apresentada pela Contratada ou aplicação da multa, fica facultada da área responsável consultar a Superintendência de Assuntos Jurídicos da SESAU/TO.

20.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

20.8. Poderá haver ainda, pena de:

a) Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo não superior a 02 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

20.9. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

20.10. Todas as sanções poderão, a critério da SESAU/TO, tramitar nos autos que correm o procedimento licitatório.

20.11. Da instauração do procedimento administrativo para aplicação da sanção:

a) A empresa que descumprir o Edital será convocada por meio do SICAF (via chat) durante a realização do Pregão para que apresente sua defesa no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de notificação do(a) Pregoeiro(a), sendo excluído o dia de início e incluído o último;

b) A SESAU/TO não se responsabiliza pela inobservância da convocação pela Licitante realizada por meio do SISTEMA;

c) A critério da SESAU/TO, a convocação poderá ser realizada pelo e-mail da Licitante.

d) A empresa, caso deseje, deve apresentar sua defesa através do e-mail do(a) Pregoeiro(a) ou protocolar diretamente na Protocolo Geral da Secretaria de Estado da Saúde;

e) Concluído o prazo estabelecido no item 20.11. "a", os autos seguirão devidamente instruídos para prolação da decisão pela Autoridade Competente;

f) Da decisão caberá recurso, na forma da Lei.

g) Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o último.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Ao Secretário da Saúde compete anular este Pregão de ofício, por ilegalidade, ou por provocação de qualquer pessoa, e cancelá-lo ou revogá-lo todo ou em parte, por considerá-lo inoportuno, inconsistente ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito a ampla defesa e o contraditório.

21.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de



informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

21.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

21.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

21.7. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

21.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão às últimas, exceto em caso de normas editadas pelo Governo do Estado e Federais.

21.9. Não serão aceitos documentos com a vigência vencida, exceto se, e nos casos que o Edital permitir;

21.10. A participação neste Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos, leis e normas aplicáveis;

21.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SESAU/TO, sem prejuízo do disposto no § 4º do art. 17 do Decreto Federal nº 5.450/2005.

21.12. Este Edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições.

21.13. É permitida a subcontratação para execução do serviço de calibração, exceto na grandeza **TEMPERATURA**, com a expressa anuência da Contratante.

21.14. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, salvo nos casos expressamente permitidos.

21.15. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início inclui-se o último.

22. DO FORO

22.1. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da comarca de Palmas - TO, com exclusão de qualquer outro.

Palmas, 16 de maio de 2017.

Kássia Divina Pinheiro Barbosa Koelln
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ANEXO I

Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Serviços

01. Do critério de julgamento (lembretes importantes):

a) Será vencedora a Licitante que atender as exigências do Edital e apresentar o **menor preço unitário por lote**;

b) A proposta deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula;

c) Para cumprimento ao que dispõe o artigo 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Licitações cujo os itens sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinadas exclusivamente as microempresas ou empresas de pequeno porte;

d) Conforme faculta o art. 3º da Lei 10.520/02, não será anexado a este Edital o orçamento de referência estimado para contratação.

e) O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances;

f) Será destinado o montante anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o custeio de peças;

g) Para reposição de peças a Contratada deverá fornecer no mínimo 03 (três) orçamentos, no prazo máximo de 03 (três) dias contados da identificação da necessidade da reposição, para análise e aprovação da Contratante, sendo aprovado o orçamento, a Contratada estará apta a fornecer a peça e realizar sua instalação. Em caso de não aprovação do orçamento apresentado pela Contratada a Contratante procederá à nova pesquisa de preço de mercado e formalizará a compra diretamente.

02. Da Relação/Descrição dos Serviços:

LOTE I				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	EXCLUSIVO ME/EPP
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (SEMESTRALMENTE E TRIMESTRALMENTE), E CORRETIVA (QUANDO NECESSÁRIO), INSTALAÇÃO TÉCNICA, TREINAMENTO OPERACIONAL, CALIBRAÇÕES E VALIDAÇÕES TÉRMICAS DO PARQUE TECNOLÓGICO NOS EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS – LACEN, RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	SERVIÇO	01	NÃO

LOTE II				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	EXCLUSIVO ME/EPP
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (SEMESTRALMENTE E TRIMESTRALMENTE), E CORRETIVA (QUANDO NECESSÁRIO), INSTALAÇÃO TÉCNICA, TREINAMENTO OPERACIONAL, CALIBRAÇÕES E VALIDAÇÕES TÉRMICAS DO PARQUE TECNOLÓGICO NOS EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA - LSPA, RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	SERVIÇO	01	SIM



ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS – SERVIÇOS/MATERIAIS Nº 38/2016/SVPPS/LACEN - TO
TERMO DE REFERÊNCIA

01. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, treinamento operacional, calibrações e validações térmicas do parque tecnológico relacionado no Anexo I – Relação de Equipamentos por Lote; instalados no Laboratório Central de Saúde Pública do Estado – Lacen/TO, em Palmas e Laboratório Saúde Pública de Araguaína – LSPA, em Araguaína, conforme segue.

02. DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

2.1. A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva é justificável pela necessidade de garantir a excelência no funcionamento dos equipamentos laboratoriais, relacionados no Anexo I - Relação de Equipamentos por Lote 01 e Lote 02, considerados de alta precisão, a fim de manter a qualidade técnica dos exames e ensaios realizados no LACEN/TO, durante um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei.

2.2. Ressalta-se que se trata de uma medida para atender a Portaria 2.606/GM de 28 de dezembro de 2005, ou a que venha substituí-la, que estabelece critérios para a classificação dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública, em níveis de “A” até “E”, sendo “A” a de menor qualificação e “E” a maior. O LACEN Tocantins está na categoria “A”, conforme a classificação (abaixo) fixada pela Portaria 1419/2008/GM, que instituiu o fator de incentivo financeiro que as unidades laboratoriais recebem da União para aprimorar sua técnica, com base no atendimento aos requisitos do Sistema de Gestão Qualidade.

Estado	PORTE	NÍVEL	FINLACEN	NB3	REFERÊNCIA	REPASSE MENSAL
Acre	Porte I	Nível A	80.000,00	-	-	80.000,00
Alagoas	Porte II	Nível E	300.000,00	-	-	300.000,00
Amapá	Porte I	Nível B	100.000,00	-	-	100.000,00
Amazonas	Porte III	Nível E	350.000,00	-	-	350.000,00
Bahia	Porte V	Nível E	450.000,00	-	-	450.000,00
Ceará	Porte IV	Nível E	400.000,00	15.000,00	-	415.000,00
Distrito Federal	Porte II	Nível A	100.000,00	15.000,00	80.000,00	195.000,00
Espírito Santo	Porte II	Nível A	150.000,00	-	-	150.000,00
Goiás	Porte III	Nível C	250.000,00	-	-	250.000,00
Maranhão	Porte III	Nível A	150.000,00	-	-	150.000,00
Mato Grosso	Porte III	Nível A	150.000,00	-	-	150.000,00
Mato Grosso do Sul	Porte II	Nível D	250.000,00	-	-	250.000,00
Minas Gerais	Porte V	Nível E	450.000,00	15.000,00	100.000,00	565.000,00
Pará	Porte III	Nível A	150.000,00	-	-	150.000,00
Paraíba	Porte III	Nível A	150.000,00	-	-	150.000,00
Paraná	Porte IV	Nível D	350.000,00	-	-	350.000,00
Pernambuco	Porte IV	Nível E	400.000,00	-	80.000,00	480.000,00
Piauí	Porte II	Nível A	100.000,00	-	-	100.000,00
Rio de Janeiro	Porte V	Nível C	350.000,00	-	-	350.000,00
Rio Grande do Norte	Porte II	Nível A	100.000,00	-	-	100.000,00
Rio Grande do Sul	Porte IV	Nível A	200.000,00	15.000,00	-	215.000,00
Rondônia	Porte II	Nível A	100.000,00	-	-	100.000,00
Roraima	Porte I	Nível A	80.000,00	-	-	80.000,00
Santa Catarina	Porte III	Nível A	150.000,00	-	-	150.000,00
São Paulo	Porte V	Nível E	450.000,00	15.000,00	140.000,00	605.000,00
Sergipe	Porte II	Nível A	100.000,00	-	-	100.000,00
Tocantins	Porte II	Nível A	100.000,00	-	-	100.000,00
TOTAL			5.960.000,00	75.000,00	400.000,00	6.435.000,00

A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos proporcionará ainda a adequação do LACEN – TO às disposições do Capítulo III, Seção VI da Resolução - RDC Nº 11, de 16 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária e as disposições da ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, que dispõe de requisitos gerais para a

SCL/DL



competência de laboratórios de ensaio e calibração.

2.3. Desta maneira, o aumento do incentivo está diretamente relacionado ao atendimento de requisitos que, de acordo com a Portaria, são classificados do Estágio 1 a 5, e, para a classificação desejada, em seu Estágio 3, no item VII, é exigido que os LACEN preencham a seguinte determinação:

“Ter um programa documentado, aprovado e implantado de manutenção dos equipamentos e instrumentos de medição, significativos para os resultados dos ensaios, que atenda as recomendações dos fabricantes e manter registros das manutenções corretivas e preventivas realizadas em cada equipamento”.

Outrossim, é evidente que a despesa se tornará na verdade em investimento, porém mais preocupante que a questão financeira, é a satisfação do interesse público através da obtenção de resultados de exames mais confiáveis sob o ponto de vista clínico/técnico, alcançáveis pelo padrão estabelecido pela portaria federal, que, conforme já mencionado o LACEN/TO está atualmente classificado no nível mais baixo. A realização do serviço apresenta natureza continuada, ou seja, aquela cuja falta paralisa ou retarda o serviço comprometendo a atividade fim deste Laboratório, qual seja, a realização de análises laboratoriais em amostras ambientais, biológicas e de produtos sujeitos ao controle sanitário, em parceria com outros órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal.

2.4. A contratação do serviço ainda vem de encontro às previsões da Programação Anual de Saúde – PAS/2016, da Lei Orçamentária Anual LOA – 2016 e do Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

2.5. Justificamos, portanto, que a contratação garantirá a execução dos serviços planejados na PAS, LOA e PPA, ajudará na prevenção do desgaste antecipado dos equipamentos, orientará os funcionários no correto manuseio e evitará a paralisação dos serviços em decorrência da quebra de equipamentos essenciais para a realização de exames ou que podem afetar direta/indiretamente na qualidade das análises laboratoriais de competência desta instituição de saúde.

2.6. Informamos ainda que os equipamentos foram divididos em grupos, elaborados de acordo com suas funções, apenas com o intuito de organizar as propostas de preços, padronizarem as orientações para a execução do serviço e de forma a facilitar o acompanhamento da realização do serviço.

2.7. Escolhemos a forma de adjudicação por lote devido à localização. Ver endereço. São cidades distintas: Palmas e Araguaína, distância média de 400 (quatrocentos) km entre si.

03. DOS PRODUTOS / SERVIÇO

3.1. DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO/SERVIÇO:

3.1.1. O serviço a ser adquirido possui seguinte especificação técnica:

Lote	Qtd.	Fonte	Und.	Descrição
01	01	1036	Serviço	Serviço (semestral para a maior parte dos itens/equipamentos e serviço trimestral para itens/autoclaves e centrífugas) de manutenção preventiva e corretiva quando necessário, nos equipamentos laboratoriais relacionados no Anexo I - Relação de Equipamentos - LACEN.
02	01	102	Serviço	Serviço (semestral para a maior parte dos itens/equipamentos e serviço trimestral para itens/autoclaves e centrífugas) de manutenção preventiva e corretiva quando necessário, nos equipamentos laboratoriais relacionados no Anexo I - Relação de Equipamentos – LSPA.



Observação 2: Será destinado o montante anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o custeio de peças.

3.2. DA MANUTENÇÃO:

3.2.1. Toda e qualquer intervenção no equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA. Nos casos de manutenção corretiva deverão ocorrer mediante Ordem de Serviço – OS, expedida pela CONTRATANTE; nos casos de manutenção preventiva em obediência ao cronograma apresentado pela CONTRADA, e aprovado pela CONTRATANTE.

3.2.2. Para a execução do objeto deste Pedido de Compra considera-se:

a) **Manutenção Preventiva:** manutenção planejada que previne a ocorrência corretiva. Os programas mais constantes da manutenção preventiva são: reparos, lubrificação, ajustes, recondiçõamentos de máquinas para toda a planta industrial. O denominador comum para todos estes programas de manutenção preventiva é a verificação periódica do funcionamento dos equipamentos, antecipando eventuais problemas que possam causar gastos maiores como a manutenção corretiva.

b) **Manutenção Corretiva:** manutenção que poderá ocorrer em função de falhas e/ou erros que o equipamento venha a apresentar nas suas funções inesperadamente. O equipamento poderá sofrer paralisação programada ou não programada, devendo as providências para o restabelecimento e recolocação em operação, serem tomadas pela CONTRATADA no menor tempo possível, de forma segura, econômica e confiável.

3.2.3. A manutenção corretiva incluirá no mínimo as seguintes rotinas e procedimentos:

a) **Intervenções e manutenções:** quando o equipamento apresentar falhas, mau funcionamento ou defeito, com o propósito de correções/consertos para colocá-lo em funcionamento novamente, com substituição de peças, partes e acessórios se for o caso.

b) **Troca de partes, peças e acessórios:** usar somente partes, peças e acessórios originais (sempre dentro das especificações do fabricante), fazendo sua substituição (após o autorizo do LACEN) sempre que apresentarem defeito.

3.3. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS:

3.3.1. Serão consideradas como parte integrante do escopo do contrato de manutenção as seguintes atividades por parte da empresa CONTRATADA:

a) Planejamento anual e cumprimento das rotinas de manutenção preventiva;

b) Execução da manutenção corretiva, com emissão de laudo com foto e *check list*;

c) Disposição de todas as ferramentas e instrumentos de trabalho (aparelho de teste de segurança elétrica, calibrador de equipo e etc), bem como dos materiais de consumo (graxa, estopa e etc.) necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, com qualidade comprovadas e devidamente identificados;

d) Manutenção dos equipamentos relacionados em perfeito funcionamento;

e) Execução dos serviços de substituição das peças de reposição, sem ônus para a CONTRATATE;

f) Emissão de relatório do equipamento, para cada manutenção preventiva ou corretiva realizada, constando número do patrimônio, marca, modelo, local onde está instalado o aparelho e foto do equipamento que está sofrendo a manutenção.

Observação: Estará incluso no valor do contrato todos os custos necessários para a execução do serviço, como: mão - de - obra, equipamentos e transporte necessários para a realização da manutenção corretiva e preventiva, sem nenhum tipo de custo adicional para a CONTRATANTE.

3.4. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.4.1. A quantidade de equipamentos objeto deste contrato encontra - se relacionada no Anexo I - Relação de Equipamentos por lote A (Lacen-TO em Palmas) e lote B (LSPA em Araguaína), conforme localização deste Pedido de Compra.

3.4.2. Nos primeiros 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá realizar levantamento técnico detalhado de todo o parque de equipamentos objeto desta contratação, proceder ao registro, e apresentar cronograma que será avaliado e aprovado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, para prestação dos serviços de Manutenção Preventiva Semestral, conforme a seguinte Relação de Serviços Mínimos de Manutenção Preventiva:

SCL/DL



GRUPOS	RELAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
EQUIPAMENTOS APOIO	Limpeza geral; verificação da integridade física da estrutura; verificação eletro - eletrônica (alimentação, botões, potenciômetros, etc.), lubrificação das partes móveis, realização de testes funcionais.
EQUIPAMENTOS CLIMATIZAÇÃO	Verificação de isolamento (fuga de corrente); verificação da integridade física e limpeza do evaporador e condensador, verificação elétrica (contatos, cabos, tensão de alimentação, corrente); verificação das temperaturas de retorno e insuflamento, rendimento do compressor. Verificação do sensor das portas. Troca de peças.
EQUIPAMENTOS BIOCONTENÇÃO	Qualificação e revisão geral realizadas simultaneamente - inspeção dos itens eletromecânicos, verificação da integridade física, avaliação do fluxo de ar de insuflamento (downflow) e de admissão (inflow), verificação da integridade dos filtros de insuflamento, contagem de partículas, nível de ruído e luminosidade, avaliação da distribuição do fluxo de ar. Avaliação e troca da UV quando necessário.
EQUIPAMENTOS ÓPTICOS	Limpeza geral (interna e externa); verificação da parte óptica; verificação da parte elétrica e eletrônica (cabos, oxidação, solda fria, alimentação da lâmpada, tensão de entrada, bateria); realização de testes funcionais do equipamento. Substituição de lâmpadas que excederam a vida útil (Imunofluorescência).
EQUIPAMENTOS ROTATIVOS	Avaliação do estado físico do equipamento; limpeza geral (interna e externa), verificação elétrica e eletrônica (cabos, conexões e placa eletrônica); testes funcionais (com tacômetro, cronômetro e termômetro).
EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS	Limpeza geral (interna e externa); verificação elétrica e eletrônica; realização de testes funcionais do equipamento.
EQUIPAMENTOS TERMICOS	Limpeza geral; verificação da integridade física; programação (verificação dos parâmetros e alarmes); verificação da parte elétrica e eletrônica; medição da temperatura de trabalho.
EQUIPAMENTOS VOLUME	Verificação da integridade física (partes internas e externas); limpeza geral (interna e externa); verificação dos oring's, êmbolo e molas, lubrificação das partes móveis; testes funcionais e volumétricos.

3.4.3. Todas as condições previstas nesta Solicitação de Compra e seus Anexos devem ser observadas pela empresa na execução dos serviços.

3.4.4. A CONTRATADA deverá designar 01(um) Engenheiro responsável para coordenar as atividades de seus técnicos e prestar informações claras sobre o andamento dos serviços prestados e informações técnicas sobre os equipamentos cobertos pelo contrato, devendo para tal indicar endereço de e-mail e telefone celular para contato.

3.4.5. O responsável técnico da empresa deve vistoriar os equipamentos sob sua responsabilidade, juntamente com um de seus técnicos, no mínimo a cada 06 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato.

3.4.6. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser realizados no local onde os equipamentos estão instalados, de segunda à sexta-feira, menos feriados, das 08h às 18h, **respeitando-se as datas preestabelecidas através de cronograma definido entre a equipe do Lacen-TO e a CONTRATADA, de modo que cada equipamento passe por manutenção preventiva a cada seis meses, sem prejuízo de andamento de serviço de nenhuma das partes.**

3.4.7. Caso os serviços de manutenção corretiva e preventiva não possam ser realizados na unidade, a CONTRATADA poderá realizar os reparos em sua oficina ou outro local à sua escolha, ficando sob sua inteira responsabilidade os custos pelo transporte e guarda destes equipamentos.

3.4.8. Quando necessária à saída do equipamento das instalações do Lacen - TO, esta deverá ser autorizada pela CONTRATANTE mediante documento formal, devendo o equipamento retornar ao local de origem

SCL/DL



consertado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado através de relatório, e autorizado pela CONTRATANTE.

3.4.9. Os procedimentos mínimos de manutenção preventiva conforme Relação de Serviços Mínimos de Manutenção Preventiva e deverão ser informados nos relatórios individuais de manutenção preventiva dos equipamentos. O relatório deverá ser preenchido e assinado pelos técnicos da empresa, checados e assinados pelo responsável designado pela CONTRATANTE.

3.4.10. Após a realização da manutenção preventiva a CONTRATADA deverá **fornecer e afixar etiqueta adesiva no equipamento, onde deverá constar a data da última e da próxima manutenção preventiva.**

3.4.11. Caso a CONTRATANTE verifique que os serviços não estejam sendo adequadamente executados em função de desídia ou desleixo dos servidores, a CONTRATADA deverá providenciar a troca dos técnicos num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da oficialização dos fatos à CONTRATANTE.

3.4.12. Em situações excepcionais, a CONTRATADA deverá fornecer serviço de atendimento de urgência para realização de manutenção corretiva, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.4.13. As solicitações de manutenção corretiva serão realizadas através do encaminhamento de Ordens de Serviço pela CONTRATANTE, via email ou outro meio específico, indicados pela CONTRATADA.

3.4.14. As Manutenções Corretivas, que não forem urgentes, deverão ocorrer juntamente com a Manutenção Preventiva mais próxima, contudo, excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 48 horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço - OS.

3.4.15. As etapas do procedimento de manutenção corretiva e seus respectivos prazos são definidos desta maneira:

3.4.15.1. Contato prévio e atendimento: após encaminhamento da Ordem de Serviços via email ou outro meio, como um programa específico, a empresa deve encaminhar técnico habilitado para realizar a manutenção do equipamento, na data marcada para a realização da manutenção preventiva mais próxima ou excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 72 horas.

a) **Reparo sem necessidade de troca de peças:** a empresa deve restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 72 horas corridas após o início do atendimento.

b) **Reparo com necessidade de troca de peças:** a empresa deve restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 15 (quinze) dias, contados do início do atendimento. O prazo especificado abrangerá a realização do orçamento das peças necessárias, a aprovação pela CONTRATANTE e o recebimento e instalação da peça. A Prorrogação do prazo poderá ser requerida pela CONTRATADA, em situações de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada em solicitação formal aprovada pela CONTRATANTE.

3.4.16. Os serviços de manutenção preventiva em cada equipamento deverão ser orientados por um *check-list* individual, cujo modelo deve ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado previamente pela CONTRATANTE, que fará parte do relatório de manutenção preventiva periódica.

3.4.17. A CONTRATADA deverá protocolar os relatórios de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da realização da manutenção, detalhando inclusive peças e componentes substituídos.

3.4.18. Todas as informações relativas ao parque de equipamentos são de propriedade da CONTRATANTE, sendo vedada à CONTRATADA a sua utilização para fins alheios à execução do contrato e a sua divulgação ou repasse a terceiros por quaisquer meios.

3.4.19. Quando solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá prestar serviço de instalação técnica e treinamento operacional dos equipamentos pertencentes a este contrato ou outros similares, que ocorrerá na data da manutenção preventiva mais próxima da solicitação.

3.4.20. Caso não seja possível o concerto de determinado equipamento por inexistência de peças de reposição, reparo tecnicamente e/ou economicamente inviável ou ainda por se encontrar no final da vida útil, deverá ser elaborado relatório técnico devidamente assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, a ser encaminhado à CONTRATANTE para análise, podendo a mesma proceder com sua baixa patrimonial e designar outro aparelho com as mesmas funções para compor o Contrato.



3.4.21. A CONTRATADA assume a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos e quaisquer impostos, taxas, licenças, encargos sociais, administrativos e financeiros, alvarás e quaisquer ônus fiscais de natureza federal, estadual e municipal, incidente sobre a execução dos serviços, despesas com viagens, diárias, estadias, transportes de materiais ou equipamentos ou qualquer outra atividade relativa à execução dos serviços objeto deste contrato.

3.5. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E REPOSIÇÃO DE PEÇAS:

3.5.1. Serviço contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria da Saúde.

3.5.2. As peças repostas devem ser de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias.

3.5.3. As peças de reposição serão adquiridas, preferencialmente, pela CONTRATADA e reembolsadas pela CONTRATANTE.

3.5.4. Para reposição de peças a CONTRATADA deverá fornecer no mínimo 3 (três) orçamentos, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da identificação da necessidade da reposição, para análise e aprovação da CONTRATADA, sendo aprovado o orçamento, a CONTRATADA estará apta a fornecer a peça e realizar sua instalação. Em caso de não aprovação do orçamento apresentado pela CONTRATADA a CONTRATANTE procederá à nova pesquisa de preço de mercado e formalizará a compra diretamente.

3.5.5. Apenas as peças efetivamente trocadas serão reembolsadas;

3.5.6. O Serviço de troca de peças será acompanhado por um responsável da unidade;

3.5.7. As peças substituídas devem ser devolvidas para a CONTRATANTE, acompanhadas de Relatório do Serviço Executado para análise e decisão quanto ao seu destino;

A contratação também requer parecer técnico da equipe do LACEN.

3.6. DA ADJUDICAÇÃO:

3.6.1. A adjudicação será por lote. (Ver endereço. São cidades distintas: Palmas e Araguaína, distância média de 400 (quatrocentos) km entre si).

3.6.2. Não se admitirá proposta de preços cujo valor ofertado para o item/lote seja superior ao preço máximo que a SESAU/TO se dispõe a pagar.

04. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Conforme item 14.3 do edital.

05. DO INÍCIO E PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

5.1. A data de **início do serviço** é imediata em até 15 (quinze) dias após o recebimento do empenho.

5.2. A **Manutenção preventiva é semestral para a maior parte dos itens/equipamentos e serviço trimestral para itens/autoclaves e centrífugas.**

5.3. A **Manutenção corretiva** deve ser executada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de início da solicitação, no entanto, quando houver a necessidade de fornecimento de peças novas este prazo será estendido para 15 (quinze) dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias corridos.

5.4. As situações excepcionais em que houver a necessidade de prazo maior só serão permitidas com justificativa por escrita e enviada à **Contratante** diretamente na Diretoria do LACEN.

5.5. Se a CONTRATADA não cumprir o prazo de entrega ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, decairá seu do direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes em ordem de classificação para contratar com a SESAU/TO.

06. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. O serviço de manutenção dos equipamentos deverá ser executado no seguinte endereço:

a) LACEN situado: Quadra 601 Sul, Av. LO -15 Conj. 02, Lt. 01, Centro, Palmas – TO, Telefone: (63) 3218-3223 Email: caf.lacen@saude.to.gov.br e caf.lacen@gmail.com.br;



b) LSPA situado: Av. José de Brito Soares, Nº 1015, Setor Anhanguera, CEP: 77818-530 – **3º Piso** do Hospital Universitário de Doenças Tropicais, Araguaína/TO. Telefones: (63)-3414-5014 / 3414-4975. Endereço Eletrônico: lspacompras@gmail.com.

07. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

7.1. Relativo às condições de fornecimento, a CONTRATADA deverá:

- 7.1.1. Entregar os produtos/serviços obedecendo rigorosamente às condições do Edital, de seus anexos.
- 7.1.2. Entregar os produtos/serviços obedecendo rigorosamente às condições do Contrato, se houver.
- 7.1.3. Entregar os produtos/serviços obedecendo rigorosamente à legislação vigente inerente ao objeto.

08. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

8.1. O recebimento será confiado a uma Comissão composta de, no mínimo, 3 (três) membros (servidores) devidamente autorizados, conforme estabelece o § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93.

8.2. O recebimento se dará em observância com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, e ainda:

8.2.1. PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação, bem como se a Nota Fiscal (NF) / Fatura encontra lavrada sem incorreções.

a) A SESAU/TO terá o prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado por uma vez e por igual período, contados da data de recebimento, para verificar se os produtos/serviço fornecidos e a NF/Fatura estão em consonância com o Edital e com seus anexos.

8.2.2. DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade dos produtos/serviços e conseqüente aceitação.

8.3. Após o recebimento provisório a SESAU/TO atestará a Nota Fiscal se constatado que os produtos/serviços atendem ao edital.

8.4. Caso os produtos/serviços se encontrem desconforme ao exigido no Edital, a SESAU/TO notificará a Contratada para substituí-los no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados da notificação.

8.5. Neste caso, o recebimento do(s) produto(s)/serviços escoimado(s) dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo, estando a Contratada passível de penalidade(s) pelo descumprimento das condições do edital..

8.6. Atestada a Nota Fiscal, a Contratada deverá protocolá-la na SESAU/TO.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.8. A correta realização e entrega dos exames/serviços serão por conta da Contratada, sem ônus de frete para a SESAU/TO.

8.9. A SESAU recusará os produtos nas seguintes hipóteses:

8.9.1. Qualquer situação em desacordo entre os produtos e o Edital de licitação e de seus Anexos ou a Nota de Empenho.

8.9.2. Nota Fiscal/Fatura com especificação do objeto, quantidades em desacordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada.

8.9.3. Apresentarem vícios de qualidade.

8.10. Ainda que ocorra a situação prevista na linha "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a SESAU/TO, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato (quando for o caso) e iniciar outro processo Licitatório.

09. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.2. Disponibilizar o local de entrega e a Comissão responsável pelo recebimento.

9.3. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital.

9.5. Comunicar à CONTRATADA até o 5º dia útil, após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento, dos produtos/serviços adquiridos.

SCL/DL



- 9.6.** Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso.
- 9.7.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato.
Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.
- 9.8.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos.
- 9.9.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- 9.10.** Destinar local para a guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas da empresa prestadora dos serviços.
- 9.11.** Solicitar à CONTRATADA a substituição de quaisquer equipamentos, materiais e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos ou que causem prejuízos aos serviços executados.
- 9.12.** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;
- 9.13.** Abster-se de efetuar o pagamento de nota fiscal com pendências, sendo que este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária por parte do fornecedor.
- 9.14.** Efetuar o pagamento do serviço nas condições estabelecidas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Fornecer o objeto deste Contrato, nas condições estipuladas neste Edital, na Proposta aprovada e na Nota de Empenho.
- 10.2.** Entregar os produtos/serviços na presença do(s) servidor(es) devidamente designado(s) na conformidade do § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, no local informado neste Termo, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta dos produtos/serviços.
- 10.3.** Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos/equipamentos e peças de reposição, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal.
- 10.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 10.5.** Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que sua inadimplência, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 10.6.** Comunicar a SESAU/TO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 10.7.** Manter a garantia e qualidade dos produtos/serviços de acordo com as especificações definidas no Edital, Anexos e Contrato.
- 10.8.** Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital do pregão.
- 10.9.** Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto e as normas de segurança do Lacen-TO.
- 10.10.** Disponibilizar Técnicos capacitados e habilitados profissionalmente para prestarem os serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 10.11.** Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados e identificados com crachá da empresa, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 10.12.** Apresentar relação nominal, com a respectiva identificação, dos empregados designados para atender a CONTRATANTE, comunicando obrigatoriamente as alterações em seus quadros funcionais.



10.13. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

10.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

10.15. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.

10.16. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes ao objeto ora contratado, nem os que lhe forem transmitidos pelo CONTRATANTE, a menos que expressamente autorizada pelo Lacen – TO.

10.17. Fornecer, sempre que solicitado pelo Lacen-TO, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais de empregados utilizados na execução da presente licitação.

10.18. Implantar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa.

10.19. Cumprir e responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a outrem, no todo em parte a responsabilidade pelos serviços.

10.20. Manter sob sua plena responsabilidade o equipamento retirado para reparos fora das dependências do Lacen - TO, mesmo em circunstância de caso fortuito ou força maior.

10.21. Prestar conta de suas atividades ao Fiscal do Contrato.

10.22. Proceder à manutenção do equipamento em expediente normal, ocorrendo excepcionalmente em horário diverso, se houver urgência ou perigo decorrente da não realização do serviço.

10.23. É permitida a subcontratação para execução do serviço de calibração, exceto na grandeza **TEMPERATURA.**

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Conforme artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, a fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da Superintendência de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde -SVPPS/Lacen- TO, observando que:

11.1.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

11.1.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.1.4. A fiscalização ocorrerá ainda, nos termos da Portaria nº. 131/2008 de 05 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 2.642 de 06 de maio de 2008, ou outra portaria que venha a substituí-la na época da assinatura do contrato, bem como na forma do Manual do Gestor de Contratos do Tribunal de Contas do Estado.

11.1.5. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art.70 da Lei 8.666/93), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança deste último.

12. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

12.1. O prazo de pagamento será de até 30 dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento (semestral para a maior parte dos itens/equipamentos e serviço trimestral para itens/autoclaves e centrífugas) mediante apresentação de nota fiscal/fatura discriminativa referente aos serviços prestados, devidamente atestados pelo setor competente (LACEN-TO) do Contratante.

a) O pagamento de peças dos equipamentos: sempre que houver a utilização (consumo) das mesmas.



- 12.2.** Caso a Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção.
- 12.3.** A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação, contados da sua protocolização, e será paga, diretamente na conta corrente da Contratada.
- 12.4.** O prazo previsto para pagamento que será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada.
- 12.5.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no parágrafo anterior, passará a ser contado a partir da data da sua representação.
- 12.6.** Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.
- 12.7.** O índice de reajuste que deverá ser utilizado quando da futura e eventual prorrogação contratual é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

13. DA VIGÊNCIA E ACRÉSCIMOS CONTRATUAIS

- 13.1.** O contrato terá a **duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos** até o limite estabelecido no inciso II, artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 13.2.** A CONTRATANTE poderá, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto e/ou do valor inicial atualizado do contrato.



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO GERAL DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO LACEN (LOTE 1) E LSPA (LOTE 2)

LOTE 01 - EQUIPAMENTOS – LACEN

ITEM	NÚMERO DE TOMBAMENTO E DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO
EQUIPAMENTOS DE APOIO	
1	407847 – ANALISADOR BIOQUÍMICO , modelo CM 250, marca WIENER, serie 13122813
2	076297 – DESINTEGRADOR , modelo 301AC, marca Nova Ética
3	314160 - APARELHO DE ULTRA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA (ULTRA PURA) , MARCA ELGA, MOD. MÁXIMA SCIENTIFIC, 220 VOLTS, SÉRIE MSJ197191.
4	068874 - BALANÇA ANALÍTICA MODELO ULTRA MARK 210A CAP. 2,1 KG MARCA BEL SÉRIE 35539
5	068878 - BALANÇA ANALÍTICA MODELO ULTRA MARK 210A CAP. 2,1 KG MARCA BEL SÉRIE 35543
6	083707 - BALANÇA DE PRECISÃO ELETRÔNICA DIGITAL, MARTE, MOD. AS1000C, SÉRIE 252787.
7	068855 - BALANÇA DE PRECISÃO ELETRÔNICA MODELO MARK 2200 MARCA BEL SÉRIE 35561 CAP. 2,2 KG
8	068858 - BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL MODELO MARK 2200 MARCA BEL CAP. 2,2 KG SÉRIE 35566
9	297431 – BALANÇA SEMI-ANALÍTICA , marca Marte, mod. AS 2000C, nº serie 298525.
10	297430 – BALANÇA SEMI-ANALÍTICA , marca Marte, mod. AS 2000C, nº serie 298549.
11	223366 – BALANÇA ANALÍTICA , marca SHIMADZU, mod. AY220, nº serie D452201008.
12	223364 – BALANÇA ANALÍTICA , marca SHIMADZU, mod. AY220, nº serie D452201034.
13	068847 - BALANÇA DE PRECISÃO ELETRÔNICA MARCA BEL SÉRIE 35558
14	068804 - BOMBA A VÁCUO E PRESSÃO , MODELO MA 058, MARCA MARCONI, SÉRIE 0193504
15	CHUVEIRO E LAVA OLHOS AUTOMÁTICO , MED. 45X30CM, S/SÉRIE
16	180944 - COMPRESSOR DE AR ELÉTRICO MARCA FANEM MODELO 089-CL POTÊNCIA 550 WATTS Nº DE SÉRIE BD8451. CONV. ANVISA 738/00.
17	A10577 - CONDUTIVÍMETRO DE BANCADA , MARCA QUIMIS, MOD. Q-405P, SÉRIE 017.
18	068265 - CONDUTIVÍMETRO PORTÁTIL MICROPROCESSADO MOD. CVP. MARCA NOVA TÉCNICA SÉRIE Nº 4046/107
19	068868 - CONTADOR ELETRÔNICO DE COLÔNIAS MOD. CP-600 MARCA PHOENIX SÉRIE 926BACTERIOLOGIA
20	068870 - CONTADOR ELETRÔNICO DE COLÔNIAS MOD. CP-600 MARCA PHOENIX SÉRIE 928
21	250672 - DESTILADOR DE ÁGUA CS 3500 MARCA FANEM MOD. 724/1 SÉRIE 9413. CONV. 892/00 MS DSTII. DOADO. ESTERILIZAÇÃO
22	DESTILADOR DE AGUA PARA LABORATORIO CAP. 03 LITROS, MARCA QUIMIS, MODELO Q-341-22, SERIE Nº 284. TD MS Nº 427.4/2006
23	265855 - DESTILADOR DE AGUA PARA LABORATORIO CAP. 03 LITROS, MARCA QUIMIS, MODELO Q-341-22, SERIE Nº 284.
24	267764 - LAVADORA DE MICROPLACAS COM 08 POSIÇÕES DE LAVAGEM MARCA ASYS HITECH MODELO ATLANTIS 2, VOLTAGEM 90-250V, PEINEL FRONTAL, COM DISPLAY DE 02 LINHAS ALF
25	348606 - LAVADORA DE MICROPLACAS E TIRAS DE 96 POÇOS , DISPLAY COM VISOR DE CRISTAL LIQUIDO, MARCA THERMO PLATE, MODELO TPWHASER, SÉRIE 511123007 BE
26	208468 - LAVADORA ULTRA-SOM C/ TIME COMPACTA CAP/ 9 LITROS S/ CESTO, SIST. DE AQUEC. E DRENO DE ESCOAMENTO, 25KHZ, BIVOLT, MOD. USC-2850A MARCA UNIQUE



27	LAVADORA , MARCA MINDRAY MW-12A, SÉRIE 00547
28	LAVADORA BIOTEK ELX-50, SÉRIE 250664
29	LAVADORA BIOMÉRIEUX WASHER 430, SÉRIE 602000026
30	313936 - MEDIDOR DE CLORO EM ÁGUA , MARCA HANNA INSTRUMENTS, MODELO ISO9002, SÉRIE 036.
31	068813 - MEDIDOR DE PH (PH METRO) DIGITAL , 110/220V, 60HZ, MARCA DIGIMED, MOD. DM20, SÉRIE 24267
32	068811 - MEDIDOR DE PH (PH METRO) DIGITAL , 110/220V, 60HZ, MARCA DIGIMED, MOD. DM20, SÉRIE 24288
33	314177 - MEDIDOR DE PH (PH METRO) DIGITAL , PG 2000, S/SÉRIE
34	287750 - MEDIDOR PORTÁTIL DE CLORO , MODELO C201, MARCA OAKTON, Nº DE SÉRIE 448075.
35	068821 - POTENCIÔMETRO USADO PARA MEDIDAS DE PH, ORP, TEMPERATURA E ATIVIDADE IÔNICA DE LABORATÓRIO, 110/220 VOLTS, 60HZ, MOD. DM-21, MARCA DISIMED, SÉRIE 23602
36	314204 - RELÓGIO MULTIMER MARCA PHOENIX MODELO TP120 COM CAPACIDADE MÁXIMA 30 ANÁLISES SIMULTÂNEAS SÉRIE Nº 4523.
37	RELÓGIO MULTIMER , 110/220 VOLTS, COM ALARME SONORO E VISUAL, MODELO TP120, MARCA PHOENIX, N. SÉRIE 6230
38	RELÓGIO MULTITEMPO ELÉTRICO , ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 VOLTS, MODELO TIMERLAB ESPECIAL, MARCA KACIL, Nº DE SÉRIE 074000.
39	MÚLTIPLO MARCADOR DE TEMPO KACIL SÉRIE 0708-00
40	TEMPORIZADOR ELETROMECÂNICO MARCA PHOENIX MODELO TP120 COM CAPACIDADE MÁXIMA 30 ANÁLISES SIMULTÂNEAS SÉRIE Nº 6230
41	132131 - TITULADOR TITROLINE , EASY-AC, BASE MARCA SCHOTT, SÉRIE 00541170.
EQUIPAMENTOS ÓPTICOS	
42	165113 - ESPECTROFOTOMETRO MARCA GBC, MODELO CINTRA 6, SÉRIE Nº V3349.
43	318870 - ESPECTROFOTÔMETRO , 110/220VOLTS, MODELO SP-1105: (SK-003), Nº DE SÉRIE KJ 1B09091805.
44	334552 - ESPECTROFOTOMETRO , modelo: nova 1600 UV marca: Nova Instruments
45	390401- ESPECTROFOTÔMETRO , marca HACH, modelo DR 6000, serie 1541080
46	267765 - LEITORA MULTIFUNCIONAL PARA MICROPLACAS, DE 96 POSIÇÕES , COM LEITORA FOTÔMETRO, MARCA ASYS HITECH, 90 A 250V, 50/60HZ, 80VAS, SERIE Nº 28412.
47	LEITORA MINDRAY MR-96A , SÉRIE 00434
48	LEITORA READER 250 , BIOMÉRIEUX, SÉRIE 255701120
49	083709 - LUPA ESTERIOSCÓPICA MARCA TAIMIN
50	398520 - MICROSCOPIO BACTERIOLOGICO BINOCULAR MARCA BIOVAL
51	265856 - MICROSCOPIO BACTERIOLOGICO BINOCULAR MARCA OLYMPUS MODELO CX41RF, SERIE 6B13999. TD Nº 427.4/2006L
52	265857 - MICROSCOPIO BACTERIOLOGICO BINOCULAR MARCA OLYMPUS MODELO CX41RF, SERIE 6B22567. TD Nº 427.4/2006
53	191050 - MICROSCÓPIO BINOCULAR BIOLÓGICO COM ÓTICA INFINITA MARCA NIKON MODELO ECLIPSE - E 200 Nº DE SÉRIE 761954. COMODATO C10/00 FUNASA DOADO.
54	180922 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ELETRÔNICO MARCA NIKON MODELO ECLIPSEE200 COM 04 ROTATIVAS Nº DE SÉRIE 751966.
55	A10049 - MICROSCÓPIO BINOCULAR MARCA QUIMIS SÉRIE 194.
56	076171 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUINA EM CAMPO CLARO E FLUORESCÊNCIA , MOD. DMLS, MARCA LEICA, SÉRIE 231896
57	076172 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUINA EM CAMPO CLARO E FLUORESCÊNCIA , MOD. DMLS, MARCA LEICA, SÉRIE 231899

SCL/DL



58	076168 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUINA EM CAMPO CLARO, MOD. DMLS, MARCA LEICA, SÉRIE 231877
59	076169 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUINA EM CAMPO CLARO, MOD. DMLS, MARCA LEICA, SÉRIE 231884
60	076162 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231803
61	076151 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231846
62	076154 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231847
63	076156 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231859
64	076157 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231861
65	076158 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231872
66	076161 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231881
67	076155 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231912
68	076164 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231914
69	076163 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231949
70	076165 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231970
71	076159 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HC P/ROTINA E PESQUISA EM CAMPO CLARO MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231975
72	076170 - MICROSCÓPIO BINOCULAR ÓPTICA INFINITA HD P/ POLTRONA E PESQUISA EM CAMPO CLARO E FLUORESCÊNCIA MOD. DMLS MARCA LEICA SÉRIE 231926
73	083710 - MICROSCÓPIO ESTERIOLOGICO, MARCA QUIMIS, MODELO Q106S, COR BRANCO, SÉRIE 101858
74	262250 - MICROSCÓPIO TRINOCULAR, 100-240 V, 50-60 HZ, 65 VA, MARCA CARL – ZEISS, MODELO AXIOSTAR PLUS, Nº DE SÉRIE 3109004451.
75	271461 - MICROSCÓPIO TRINOCULAR, 100-240 V, 50-60 HZ, 65 VA, MARCA CARL – ZEISS, MODELO AXIOSTAR PLUS, Nº DE SÉRIE 3109005010.
76	271461 - MICROSCÓPIO TRINOCULAR, MARCA CARL ZEISS, MODELO AXIOSTAR PLUS, Nº DE SÉRIE 3109005710.
77	265858 - TURBÍDIMETRO DIGITAL MARCA POLICONTROL, MODELO AP 2000-IR, Nº DE SERIE 1117. TD Nº 427.4/2006
78	265852 - TURBÍDIMETRO DIGITAL MARCA POLICONTROL, MODELO AP 2000-IR, Nº DE SERIE 1121. TD Nº 427.4/2006
79	068806 - TURBÍDIMETRO MICROPROCESSADOR, 220 VOLTS, 60 HZ, MOD. 2100P, MARCA HACH, SÉRIE 010200027835
80	149559 - TURBÍDIMETRONEFELOMÉTRICO PORTÁTIL, M POLICONTROL, MOD. AP200, C/ MÉTODO DE MEDIDA, SÉRIE 929.
81	299678- TURBIDIMETRO, marca HOMIS , modelo TB-1000, serie 183/904.
EQUIPAMENTOS ROTATIVOS	
82	314198 - AGITADOR DE KLINE, MARCA BIO ENG, MODELO BE 3600, SÉRIE 1011.



83	068269 – AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO MARCA NOVA TÉCNICA.
84	068271 – AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO MARCA NOVA TÉCNICA.
85	314159 - AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEX MOD. AP-56 110/220VOLTS TAMPA DE ALUMÍNIO, MARCA PHOENIX, SÉRIE 10044.
86	313928 - AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEX , MOD. AP-56 110/220 VOLTS, CONSTRUÍDO EM FERRO, TAMPA DE ALUMÍNIO, MARCA PHOENIX, SÉRIE 10045.
87	AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEX , MOD. AP-56 110/220 VOLTS, CONSTRUÍDO EM FERRO, TAMPA DE ALUMÍNIO, MARCA PHOENIX, SÉRIE 11375.
88	AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEXMIXER , MARCA KASVI MODELO K452820 SÉRIE 154K-6264
89	068797 - AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEX , MODELO AP-56, MARCA PHOENIX, SÉRIE 8497
90	068796 - AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEX , MODELO AP-56, MARCA PHOENIX, SÉRIE 8500
91	AGITADOR DE TUBOS AP 56 , PHOENIX, SÉRIE 9664
92	068264 - AGITADOR DE KLINE , NOVA TÉCNICA, MODELO NT 150M 220V, SÉRIE 0107845
93	AGITADOR MIXER BE-3600 MARCA BIO ENG SÉRIE 1011
94	DOAÇÃO - CENTRÍFUGA PARA MICROTUBOS MODELO 5415, MARCA EPPENDORF, 220V
95	MICROCETRÍFUGA PARA EPPENDORF MODELO 5415C, SÉRIE 22331
96	209224 - CENTRIFUGA DE 16 TUBOS , VELOCIDADE DE ATE 5500 RPM ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS, MODELO:BE-6000 A-16T- ESPECIAL, MARCA BIO ENG, N° DE SERIE 968.
97	068292 - CENTRÍFUGA MICROPROCESSADA PARA TUBOS, 50 ML , MOD. NT-820, MARCA NOVA TÉCNICA, SÉRIE 0108758
98	068293 - CENTRÍFUGA MICROPROCESSADA PARA TUBOS, 50 ML , MOD. NT-820, MARCA NOVA TÉCNICA, SÉRIE 0108760
99	068295 - CENTRÍFUGA MICROPROCESSADA PARA TUBOS, 50 ML , MOD. NT-820, MARCA NOVA TÉCNICA, SÉRIE 0108761
100	068294 - CENTRÍFUGA MICROPROCESSADA PARA TUBOS, 50 ML , MOD. NT-820, MARCA NOVA TÉCNICA, SÉRIE 0108763
101	314143 - CENTRÍFUGA MODELO EXCELSA II 206/BL, COM TRAVA 110V, SÉRIE YX09466, CÓDIGO 206002900, MARCA FANEM.
102	280670 - CENTRIFUGA REFRIGERADA LEGEND RT , MARCA SOWAL, THERMO FISHER SEM MODELO, SERIE N° 75004373. TD N° 5176/2008.
103	169158 - HOMOGENIZADOR ELÉTRICO DE SANGUE MARCA PHOENIX MODELO AP22 N.º DE SÉRIE 5264.
104	402486- HOMOGEINIZADOR , marcaStomax, serie 1401016.
105	313943 - VIBRADOR DE TAMIZ C/ JOGO DE 10 PENEIRAS P/ ANÁLISE GRANULOMÉTRICA, C/ ARTE DE 14 POLEG. , MARCA BERTIL 110/220 VOLTS, SÉRIE 10.03.
EQUIPAMENTOS TÉRMICOS	
106	279173 - AUTOCLAVE HORIZONTAL , MARCA SERCOM MODELO HS 2-0201 SERCOM, CAPACIDADE CÚBICA 201 LITROS, , LARGURA 600 MM, PROFUNDIDADE 1440 MM, SEM N° SERIE.
107	068315 - AUTOCLAVE HORIZONTAL , MARCA SERCOM, MOD. HAE20DP, C/BOMBA DE AUTO VÁCUO, DUPLA PORTA, TIPO BARREIRA, SÉRIE 011144.
108	144118 - AUTOCLAVE VERTICAL , CAP. 75 LITROS, MODELO A-75, MARCA BIOENG, COR BEGE, SÉRIE 208.
109	226218 - AUTOCLAVE VERTICAL , CAPACIDADE 30 LITROS, MODELO AV-30, MARCA PHO NIX, SERIE N° 14110.
110	226217 - AUTOCLAVE VERTICAL , CAPACIDADE 30 LITROS, MODELO AV-30, MARCA PHO NIX, SERIE N° 14111.
111	314153 - AUTOCLAVE VERTICAL , MARCA BIO ENG, MODELO A-75, 220 VOLTS, SÉRIE 289.
112	299744 - AUTOCLAVE VERTICAL , MARCA MARTE, MODELO MB 100/75, COM CÂMERA DE



	ESTERILIZAÇÃO EM INOX CAPACIDADE DE 50 LITROS SERIE Nº 4948 MED. 46X58X110 CM
113	265866 - AUTOCLAVE VERTICAL , MARCA PRISMATEC, MODELO CS SERIE Nº 1.222. TD Nº 427.4/2006 MS
114	223530 - AUTOCLAVE VERTICAL , MARCA PRISMATEC
115	265867 - AUTOCLAVE VERTICAL , MARCA PRISMATEC, MODELO CS SERIE Nº 1.226. TD Nº 427.4/2006 MS
116	223528 - AUTOCLAVE VERTICAL , MARCA PRISMATEC, MODELO CS SERIE Nº 1.226. TD Nº 427.4/2006 MS
117	068252 - BANHO-MARIA DIGITAL MICROPROCESSADO COM CIRCULAÇÃO MOD. NT-268/D MARCA NOVA TÉCNICA SÉRIE Nº 0108858
118	068259 - BANHO-MARIA DIGITAL MICROPROCESSADO COM CIRCULAÇÃO MOD. NT-268/D MARCA NOVA TÉCNICA SÉRIE Nº 0108865
119	A10033 - BANHO-MARIA MARCA QUIMIS COM CAPACIDADE PARA 100 TUBOS, SÉRIE 010.
120	A10032 - BANHO-MARIA MARCA QUIMIS COM CAPACIDADE PARA 100 TUBOS, SÉRIE 015.
121	BANHO-MARIA MARCA QUIMIS, MODELO Q304 SÉRIE 322.
122	068277 - BANHO-MARIA MICROPROCESSADO MOD. NT-246/D MARCA NOVA TÉCNICA SÉRIE Nº 0107806
123	068281 - BANHO-MARIA MICROPROCESSADO MOD. NT-246/D MARCA NOVA TÉCNICA SÉRIE Nº 0108856
124	314203 - BANHO-MARIA MOD. 146 MARCA FANEM SÉRIE NT4581.
125	A01008 - BANHO-MARIA TEMPERATURA AMBIENTE A 60º CTAMPA TIPO PINGA DEIRA MARCA FANEM MOD. 102/6 SERIE Nº CS4614
126	A01009 - BANHO-MARIA TEMPERATURA AMBIENTE A 60º CTAMPA TIPO PINGA DEIRA MARCA FANEM MOD. 102/6 SERIE NºGS 4613
127	144116 - CÂMARA CLIMATIZADA P/ CULTURA BACTERIOLÓGICA , MARCA ELETROSPITALAR, MOD ELO 855, SÉRIE 0308005. MED 220X70X195.
128	144116 - CÂMARA CLIMATIZADA P/ CULTURA BACTERIOLÓGICA , MARCA ELETROSPITALAR, MOD ELO 855, SÉRIE 0308005. MED 220X70X195.
129	149560 - CÂMARA COAGULADORA COM 12 PRATELEIRAS, MARCA ELETROLAB 100E, SEM MODELO, SEM SÉRIE.
130	068262 - CHAPA AQUECEDORA TAMANHO MÉDIO MODELO NT 338 MARCA NOVA TÉCNICA S. 0101598.
131	068885 - ESTUFA Á VÁCUO MOD. 282AX MARCA FISHER THERMOIEC SÉRIE Nº 103N0037
132	265860 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA MARCA NOVA ÉTICA, MODELO 4105NDE, SERIE Nº 02034/06, TD Nº 427.4/2006
133	068287 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA MICROPROCESSADA, MARCA NOVA TÉCNICA, SÉRIE 0108832
134	314208 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA MODELO ECBI, MARCA ODONTOBRÁSM SÉRIE 401003308. FUNDO ESTADUAL.
135	A15791 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA PARA USO EM BACTERIOLOGIA, C/ 02 PRATELEIRAS INTERNAS, C/ REGULADOR DE PRECISÃO, MARCA ODONTOBRAS, MOD. EBC2, SÉRIE Nº 130304393
136	205479 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA , CAPACIDADE NO MÍNIMO DE 80 LITROS, ALIMENTAÇÃO DE 200 VOLTS, MODELO: S80BD ESPECIAL, MARCA: BIOPAR, SEM Nº DE SERIE.
137	205478 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA , CAPACIDADE NO MÍNIMO DE 80 LITROS, ALIMENTAÇÃO DE 200 VOLTS, MODELO: S80BD ESPECIAL, MARCA: BIOPAR, SEM Nº DE SERIE.
138	A12959 - ESTUFA COM CIRCULAÇÃO DE AR MARCA QUIMIS, SEM MODELO, SEM SÉRIE.
139	023745 - ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLOGICA MARCA OLIDEF CZ NUM CCP 2914042
140	314148 - ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM MODELO 515 ORION, CAPACIDADE 18 LITROS, MARCA FANEM SÉRIE FX3194.



Edital do Pregão Eletrônico nº 144/2016 - Processo: 2016/30550/005913

141	314150 - ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM MODELO 515 ORION, CAPACIDADE 18 LITROS, MARCA FANEM SÉRIE FX3195.
142	314147 - ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM MODELO 515 ORION, CAPACIDADE 18 LITROS, MARCA FANEM SÉRIE FX3196.
143	314146 - ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM MODELO 515 ORION, CAPACIDADE 18 LITROS, MARCA FANEM SÉRIE FX3197.
144	A09887 - ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM , MARCA NEVONI, SÉRIE Nº 5826
145	314001 - ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM , MODELO EL 1.1, MARCA ODONTOBRÁS, SÉRIE 37090327694.
146	A09928 - ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO MARCA NOVA TÉCNICA MT-514 SEM SÉRIE.
147	314149 - ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO , MODELO ORION 515, CAPACIDADE 18 LITROS, MARCA FANEM, SEM SÉRIE.
148	265861 - ESTUFA DIGITAL DE CULTURA BACTERIOLOGICA TIPO BOD, MARCA OLIDEF CZ, MODELO LINEA, SERIE Nº 05L176.
149	314245 - ESTUFA INCUBADORA DE BOD DE BANCADA MICROPROCESSADA , C/ ESTRUT. EM CHAPA DE AÇO, CAP. MÍNIMA P/ 24 FRASCOS DE BOD, MODELO Q315M23, MARCA QUIMIS, SÉRIE
150	205270- ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLÓGICA marca BIOPAR.
151	265853 - ESTUFA BACTERIOLOGICA marca OLIDEF, modelo: ECB Linea
152	299622 – ESTUFA BACTERIOLOGICA marca FANEN, modelo: 502
153	361221 – ESTUFA BACTERIOLOGICA marca FANEN, modelo: 502
154	361223 – ESTUFA BACTERIOLOGICA marca FANEN, modelo: 502
155	361222 – ESTUFA BACTERIOLOGICA marca FANEN, modelo: 502
156	ESTUFA BACTERIOLOGICA marca FANEN, modelo: 502 SÉRIE Nº JAF52370
157	ESTUFA BACTERIOLOGICA marca FANEN, modelo: 502 SÉRIE Nº RX 1684
158	1991 - ESTUFA PARA CULTURA BACTERIOLÓGICA ECB-1.2 DIGITAL, ODONTOBRAS, SÉRIE 481102188
159	ESTUFA BACTERIOLÓGICA MARCA ORION MODELO 502 (MICOLOGIA)
160	MINI ESTUFA LUCAPH MALCON MIC-2 SÉRIE 8201071
161	068255 - BANHO MARIA microprocessado, modelo NT-268, marca nova técnica.
162	399826 - BANHO MARIA elétrico, marca Kacil modelo B.M 02.
163	068304 - FORNO MUFLA PARA LABORATÓRIO , MOD. NT-380, MARCA NOVA TÉCNICA, SÉRIE Nº 0108753
164	390400 - MANTA AQUECEDORA MARCA WARMNEST SÉRIE Nº 2013009908
165	DOAÇÃO - TERMOBLOCO UNISCIENCE DO BRASIL, MODELO FDB02DD, SÉRIE 75160-
166	INCUBADOR 5000 BIOMÉRIEUX, SÉRIE 4537
167	218052 - MAQUINA SELADORA COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE AMOSTRAS DE 100 ML, EM CARTELAS PLÁSTICAS, MARCA IDEXX, SERIE 04066 MODELO 89-10894-03.

LOTE 02-EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO – LSPA/TO

ITEM	NÚMERO DE TOMBAMENTO E DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO
1	S/TOMB - AGITADOR DE KLINEBIOMIXER TS - 2000A VDRL Shaker Nº Serie 9465
2	13704 - AQUECEDOR DE PLACA magn. QUIMIS - PMH
3	A14685 - AUTOCLAVE VERTICAL , cap. 48 litros, parte externa em chapa de aço, revestida em epóxi eletrostático, modelo Q-190-23, marca QUIMIS, série 053.

SCL/DL



Edital do Pregão Eletrônico nº 144/2016 - Processo: 2016/30550/005913

4	359567 - AUTOCLAVE VERTICAL digital 220v, capacidade 50 litros,potência de 3.000w e série nº 01173.
5	359566 - AUTOCLAVE VERTICAL digital 220 v, capacidade 50 litros, potência de 3.000w e série nº 01172.
6	068856 - BALANÇA ELETRÔNICA de precisão modelo MARK 2200 marca bel série 35559. Conv. 325/98 Reforsus. Fundo estadual.
7	068256 - BANHO MARIA digital, microprocessado, c/ circulação, modelo NT-268/d, marca nova técnica série 0108866. Cont. 325/98 Reforsus. Fundo estadual.
8	175688 - BANHO MARIA elétrico marca EVLAB modelo B.M EV:15 n.º de série 1471.
9	068279 - BANHO MARIA microprocessado, modelo NT-246, marca nova técnica, série 0108854. Cont. 325/98 Reforsus. Fundo estadual.
10	068295 - CENTRÍFUGA MICROPROCESSADA para tubos, 50ml, mod. Nt-820, marca nova técnica, série 0108761
11	12704 - CENTRÍFUGA , modelo 04 / nº série 609
12	A11760 - DESTILADOR DE ÁGUA em aço inox, modelo bd5l série 442, sem marca. Conv. 625/99 Vigisus. Fundo estadual.
13	076226 - ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM 12v/100w, marca leica mod. T4a sem série integrante do microscópio de plaq. 076172. Conv. 325/98 Reforsus. Fundo estadual.
14	175723 - ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLÓGICA elétrica marca OLIDEF CZ num. de série 022514.
15	361806 - ESTUFA PARA CULTURA BACTERIOLÓGICA e incubação, modelo V-NT523, serie nº11101725
16	313950 - ESTUFA DE ESTABILIZAÇÃO E SECAGEM ,mod. El 1.1, marca ODONTOBRÁS, série7090328742.
17	261322 - ESTUFA DIGITAL marca CzOlidef, modelo Ecb-1, tipo bod, serie nº 05-1-0175, cor brancacom programação de ajuste de tempo. TD 4274/06 Ministério da Saúde
18	068864 - ESTUFA DIGITAL MICROPROCESSADA , modelo 400-5 nd300, marca nova ética série 06108/01. Cont. 325/98 Reforsus. Fundo estadual.
19	134254 - LAVADORA DE ELISA sn-0006-9-4003; ref. 5160770-p; v-220-240v
20	191213 - LAVADORA DE MICROPLACAS automática, marcathermo-labsystems, modelo 4m4k2, nº de série FISH 1438629
21	175730 - TEMPORIZADOR ELETROME CÂNICO marca PHOENIX modelo TP120 com cap. Máxima 30 ANALI. SIMUL. n.º de série 4524.
22	S/TOMB - TURBIDIMETRO portátil ap 2000 policontrol
23	175806 - MICROSCÓPIO para rotina marca Nikon modelo YS2H numero de série 144646
24	175805 - MICROSCÓPIO BINOCULAR com 04 objetivas marca Olympus modelo CH -2nº de serie 6k0158
25	329900 - MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR , 220volts, marca 32Nikon-eclipse, modelo 50, nº de série 115090.



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E NAS CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO TOCANTINS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E DE OUTRO COMO CONTRATADA, A EMPRESA

O **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, através da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ sob nº 25.053.117/0001-64, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, **Marcos Esner Musafir**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato Governamental de nº. 96 – NM. publicado no Diário Oficial do Estado nº. 4.548, de 27 de janeiro de 2016, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual sob nº, doravante denominada CONTRATADA, representada por seu titular, o(a) Sr.(a), brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº - SSP-....., CPF nº, resolvem celebrar o presente CONTRATO, elaborado de acordo com a minuta aprovada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS** e pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente a Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5.450/05 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto aquisição de serviço de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, treinamento operacional, calibrações e validações térmicas do parque tecnológico instalados nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública em Palmas e Araguaína, no prazo e nas condições a seguir ajustadas, decorrentes do Pregão Eletrônico nº XXX/2016, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A aquisição deste Contrato as quantidades e observações constantes do Objeto da Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2016, conforme Processo nº 2016/30550/005913 parte integrante deste Contrato, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

Item	Qtd	Und	Especificações	Preço Unitário	Preço Global
VALOR TOTAL					

(AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO CONTRATADO SERÃO INSERIDAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM BASE NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E REPOSIÇÃO DAS PEÇAS

2.1. Da forma de prestação dos serviços:

2.1.1. Nos primeiros 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato a Contratada deverá realizar levantamento técnico detalhado de todo o parque de equipamentos objeto desta contratação, proceder ao registro, e apresentar cronograma que será avaliado e aprovado pela Contratante no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, para prestação dos serviços de manutenção preventiva semestral.



2.1.2. Toda e qualquer intervenção no equipamento será de responsabilidade da Contratada. Nos casos de manutenção corretiva deverão ocorrer mediante Ordem de Serviço – OS, expedida pela Contratante; nos casos de manutenção preventiva em obediência ao cronograma apresentado pela Contratada, e aprovado pela Contratante.

2.1.3. A Contratada deverá cumprir o planejamento anual e rotinas de manutenção preventiva.

2.1.4. A Contratada deverá executar a manutenção corretiva, com emissão de laudo com foto e *check list*.

2.1.5. A Contratada deverá dispor de todas as ferramentas e instrumentos de trabalho (aparelho de teste de segurança elétrica, calibrador de equipo e etc), bem como dos materiais de consumo (graxa, estopa e etc.) necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação técnica, com qualidade comprovadas e devidamente identificados.

2.1.6. A Contratada deverá prestar manutenção nos equipamentos relacionados, mantendo-os em perfeito funcionamento.

2.1.7. A Contratada deverá na execução dos serviços substituir peças de reposição quando necessário, sem ônus para a Contratante.

2.1.8. A Contratada deverá emitir relatório para cada manutenção preventiva ou corretiva realizada no equipamento, constando número do patrimônio, marca, modelo, local onde está instalado o aparelho e foto do equipamento que está sofrendo a manutenção.

2.2. Da forma de reposição das peças:

2.2.1. As peças repostas devem ser de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias.

2.2.2. As peças de reposição serão adquiridas, preferencialmente pela Contratada e reembolsadas pela Contratante.

2.2.3. Para reposição de peças a Contratada deverá fornecer no mínimo 03 (três) orçamentos, no prazo máximo de 03 (três) dias contados da identificação da necessidade da reposição, para análise e aprovação da Contratada, sendo aprovado o orçamento, a Contratada estará apta a fornecer a peça e realizar sua instalação. Em caso de não aprovação do orçamento apresentado pela Contratada a Contratante procederá à nova pesquisa de preço de mercado e formalizará a compra diretamente.

2.2.4. Apenas as peças efetivamente trocadas serão reembolsadas.

2.2.5. O serviço de troca de peças será acompanhado por um responsável da unidade.

2.2.6. As peças substituídas devem ser devolvidas para a Contratante, acompanhadas de Relatório do Serviço Executado para análise e decisão quanto ao seu destino.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Do prazo de início de execução dos serviços:

3.1.1. Os serviços deverão ser iniciados imediatamente em até 15 (quinze) dias após o recebimento do empenho.

3.2. Do prazo de execução dos serviços:

3.2.1. Após encaminhamento da Ordem de Serviços a Contratada deve encaminhar técnico habilitado para realizar a manutenção do equipamento, na data marcada para a realização da manutenção preventiva mais próxima ou excepcionalmente nos casos de urgência deverá ser enviado técnico apto a resolver o problema no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

3.2.1.1. Quando da manutenção não ocorrer à necessidade de troca de peças, a Contratada deverá restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 72 horas corridas após o início do atendimento.

3.2.1.2. Quando da manutenção ocorrer à necessidade de troca de peças, a Contratada deverá restabelecer o funcionamento pleno do equipamento em no máximo 15 (quinze) dias, contados do início do atendimento. O prazo especificado abrangerá a realização do orçamento das peças necessárias, a aprovação pela Contratante e o recebimento e instalação da peça. A Prorrogação do prazo poderá ser requerida pela Contratada, em situações de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada em solicitação formal aprovada pela Contratante.



3.2.2. A manutenção corretiva deve ser executada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de início da solicitação, no entanto, quando houver a necessidade de fornecimento de peças novas este prazo será estendido para 15 (quinze) dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias corridos.

3.2.3. As situações excepcionais em que houver a necessidade de prazo maior só serão permitidas com justificativa por escrita e enviada à Contratante diretamente na Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Tocantins.

3.2.4. Se a Contratada não cumprir o prazo de entrega ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formal aceita pela Contratante, decairá seu do direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes em ordem de classificação para contratar com a SESAU/TO.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços de manutenção dos equipamentos deverão ser executados nos seguintes endereços:

a) LACEN situado: Quadra 601 Sul, Av. LO -15 Conj. 02, Lt. 01, Centro, Palmas – TO, Telefone: (63) 3218-3223 Email: caf.lacen@saude.to.gov.br e caf.lacen@gmail.com.br;

b) LSPA situado: Av. José de Brito Soares, Nº 1015, Setor Anhanguera, CEP: 77818-530 – 3º Piso do Hospital Universitário de Doenças Tropicais, Araguaína/TO. Telefones: (63)-3414-5014 / 3414-4975. Endereço Eletrônico: lspacompras@gmail.com.

4.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados de segunda à sexta-feira, menos feriados, das 08h às 18h, respeitando-se as datas preestabelecidas através de cronograma definido entre a equipe do LACEN-TO e a Contratada, de modo que cada equipamento passe por manutenção preventiva a cada seis meses, sem prejuízo de andamento de serviço de nenhuma das partes.

4.3. Caso os serviços de manutenção corretiva e preventiva não possam ser realizados na unidade, a Contratada poderá realizar os reparos em sua oficina ou outro local à sua escolha, ficando sob sua inteira responsabilidade os custos pelo transporte e guarda destes equipamentos.

4.4. Quando necessária à saída do equipamento das instalações do LACEN-TO, esta deverá ser autorizada pela Contratante mediante documento formal, devendo o equipamento retornar ao local de origem consertado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado através de relatório, e autorizado pela Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA LICITAÇÃO

A aquisição, consubstanciada no presente contrato, foram objeto de licitação, sob a modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme Edital constante de folhas /....., do Processo nº 2016/30550/005913, a que se vincula este contrato, além de submeter-se, também aos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se:

a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

b) Disponibilizar o local de entrega e a Comissão responsável pelo recebimento;

c) Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços que a Contratada entregar fora das especificações do Edital;

e) Comunicar à Contratada até o 5º dia útil, após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento, dos produtos/serviços adquiridos;

f) Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

g) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;

h) Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;



- i) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar os compromissos assumidos.
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- k) Destinar local para a guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas da empresa prestadora dos serviços;
- l) Solicitar à Contratada a substituição de quaisquer equipamentos, materiais e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos ou que causem prejuízos aos serviços executados;
- m) Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;
- n) Abster-se de efetuar o pagamento de nota fiscal com pendências, sendo que este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária por parte do fornecedor;
- o) Efetuar o pagamento do serviço nas condições estabelecidas no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto deste Contrato, nas condições estipuladas no Edital, na Proposta aprovada e na Nota de Empenho;
- b) Entregar os produtos/serviços na presença do(s) servidor(es) devidamente designado(s) na conformidade do § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, no local informado no Termo, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta dos produtos/serviços;
- c) Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos/equipamentos e peças de reposição, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que sua inadimplência, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- f) Comunicar a SESAU/TO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;
- g) Manter a garantia e qualidade dos produtos/serviços de acordo com as especificações definidas no Edital, Anexos e Contrato;
- h) Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital do pregão;
- i) Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto e as normas de segurança do LACEN-TO;
- j) Disponibilizar Técnicos capacitados e habilitados profissionalmente para prestarem os serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- k) Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados e identificados com crachá da empresa, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- l) Apresentar relação nominal, com a respectiva identificação, dos empregados designados para atender a Contratante, comunicando obrigatoriamente as alterações em seus quadros funcionais;
- m) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- n) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- o) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;



- p) Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes ao objeto ora contratado, nem os que lhe forem transmitidos pelo Contratante, a menos que expressamente autorizada pelo LACEN-TO;
- q) Fornecer, sempre que solicitado pelo LACEN-TO, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais de empregados utilizados na execução da presente licitação;
- r) Implantar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa;
- s) Cumprir e responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a outrem, no todo em parte a responsabilidade pelos serviços;
- t) Manter sob sua plena responsabilidade o equipamento retirado para reparos fora das dependências do LACEN-TO, mesmo em circunstância de caso fortuito ou força maior;
- u) Prestar conta de suas atividades ao Fiscal do Contrato;
- v) Proceder à manutenção do equipamento em expediente normal, ocorrendo excepcionalmente em horário diverso, se houver urgência ou perigo decorrente da não realização do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação do(s) serviço(s) o valor total de R\$
(.....).

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O prazo previsto para pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada.

9.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

9.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo o contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

9.4. Os preços são fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

9.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

9.7. Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa resultante deste contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa elemento de despesa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Conforme artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, a fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da Superintendência de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde -SVPPS/Lacen- TO, observando que:

11.1.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

11.1.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



11.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.1.4. A fiscalização ocorrerá ainda, nos termos da Portaria nº. 131/2008 de 05 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 2.642 de 06 de maio de 2008, ou outra portaria que venha a substituí-la na época da assinatura do contrato, bem como na forma do Manual do Gestor de Contratos do Tribunal de Contas do Estado.

11.1.5. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art.70 da Lei 8.666/93), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança deste último.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, das multas previstas em Edital, no contrato, e nas demais cominações legais.

13.2. A multa será aplicada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso.

13.3. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.4. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

13.5. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

13.6. O procedimento para aplicação das sanções será de responsabilidade do órgão requisitante, sem prejuízo do direito ao contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a interesse da Administração, conforme prevê o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO

O índice de reajuste que deverá ser utilizado quando da futura e eventual prorrogação contratual é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias após assinatura deste Contrato, providenciará a sua publicação, por extrato, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE

O presente contrato será submetido à fiscalização da entidade de controle externo competente, de conformidade com a fonte de recursos que subvencionam a presente aquisição.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado nas formas e condições previstas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FISCAL DO CONTRATO

SCL/DL



Edital do Pregão Eletrônico nº 144/2016 - Processo: 2016/30550/005913

O fiscal do contrato bem como o seu respectivo suplente, referente ao presente contrato, serão indicados pelo gestor da pasta através de portaria assinada e publicada no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado do Tocantins - Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes **CONTRATANTES**, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas, aos de de 2017.

.....

PELO CONTRATANTE

.....

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SCL/DL



MODELOS

MODELO 1					
Carta de Correção de Proposta de Preços					
CARTA DE CORREÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS					
Pregão Eletrônico nº.:					
Processo:					
Empresa:					
Nota: carta elaborada com base no item 14.3, do Edital.					
Item	Unidade	Descrição resumida	Marca	Vlr Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Total					
<hr style="width: 20%; margin: auto;"/> Pregoeiro					



MODELO 2
Termo de Compromisso

Ref.: Pregão Eletrônico N° _____/2017.

Palmas-TO,de de 2017.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(discrição do objeto)

A empresa ____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, localizada no endereço _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador do RG nº _____, e CPF/MF nº _____, participante do Pregão Eletrônico em epígrafe, vem à presença da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, firmar o presente compromisso, conforme segue:

A empresa tem ciência de que os produtos/serviços em desacordo com o Edital não serão aceitos pela SESAU/TO, e que será responsabilizada por quaisquer danos que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive desabastecimento das Unidades de Saúde mantidas e Administradas pela Secretaria de Saúde, decorrente do descumprimento das regras do Ato Convocatório, e que este fato será levado ao conhecimento do Ministério Público Estadual e Federal para as providências devidas.

